

ACTA
da
Reunião de negociação com o
Sindicato dos Funcionários Judiciais

2
E: 16533

Acta n.º 17

Aos 27 dias do mês de Outubro de 2010, pelas 15h00, compareceram no Salão Nobre do Ministério da Justiça, em representação do Sindicato dos Funcionários da Justiça (SFJ), os respectivos Presidente, Secretário-Geral, Vice-Presidente da Zona Centro, Vice-Presidente da Zona Sul e Vice-Presidente da Zona Norte, bem como, em representação do Senhor Ministro da Justiça, os Senhores Secretário de Estado da Justiça e da Modernização Judiciária (SEJMJ) e Chefe do Gabinete do Senhor Ministro da Justiça (MJ) e as Senhoras Adjuntas dos Gabinetes MJ e SEJMJ, a fim de se proceder a reunião de conclusão da negociação, nos termos da Lei n.º 23/98, de 26 de Maio:

- a) Do projecto de Decreto-Lei que extingue o subsistema de saúde dos serviços sociais do Ministério da Justiça, transferindo-o para a ADSE;
- b) Das normas da Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2011 com particular relevância em matéria remuneratória, em particular os artigos 17.º, 18.º, 19.º, 31.º e 32.º.

O Senhor SEJMJ deu início à reunião pelas 15h45, propondo como ordem dos trabalhos a discussão do projecto de diploma que opera a transferência do subsistema de saúde dos serviços sociais do Ministério da Justiça para a ADSE, aprovado na generalidade pelo Conselho de Ministros para efeitos de negociação, seguida da conclusão da discussão da proposta de lei do Orçamento do Estado para 2011 iniciada na reunião de 11 de Outubro de 2010.

Relativamente ao primeiro projecto, e apesar de os funcionários judiciais já terem deixado o sistema, o SFJ alertou para a premência de a ADSE aumentar o número de médicos convencionados e de evitar nos casos específicos de doenças crónicas que os doentes sejam privados da ligação ao médico que os tem acompanhado. Questionou ainda como se pretende garantir aos filhos dos funcionários do Ministério da Justiça o acesso à creche e jardim-de-infância, que nos termos do artigo 10.º do projecto já cessou a actividade.

O Senhor SEJMJ esclareceu que o projecto procura garantir a mínima existência de hiatos, tendo-se previsto normas nos artigos 6.º e 7.º que visam acautelar este aspecto, não se podendo porém assegurar a total continuidade dos prestadores. Salientou que a rede de prestação de serviços da ADSE é mais ampla do que a dos serviços sociais do Ministério da Justiça, havendo ainda assim a possibilidade de avaliar os contratos caso a caso dado que a sucessão automática teria consequências incomensuráveis. Transmitiu porém a intenção de reforço das normas do artigo 7.º a fim de se permitir a adopção das medidas necessárias para que a transferência da responsabilidade de cuidados médicos ocorra sem interrupção, no quadro do sistema de benefícios da ADSE.

À preocupação do SFJ quanto ao facto de os tratamentos em curso deverem ser finalizados nos termos do n.º 3 do artigo 7.º no prazo máximo de 30 dias o Senhor SEJMJ esclareceu que tal prazo se conta a partir da entrada em vigor do diploma e que o calendário formal não nos impede de começar já a trabalhar com a ADSE no sentido de acautelar a transição até porque esta é automática. Informou ainda que a Secretaria-Geral

2

do Ministério da Justiça (SGMJ) diligenciará junto da ADSE para que a transferência de responsabilidades aconteça sem prejuízo para os beneficiários. Em relação aos tratamentos, existe um universo de situações clínicas divergentes, sendo possível prever uma norma no artigo 7.º para que a SGMJ e ADSE diligenciem no sentido de assegurar e programar medidas necessárias para que os casos sejam considerados e para que garantam a ausência de hiatos. Quanto à creche e jardim-de-infância, o Senhor SEJMJ esclareceu que se pretende activá-la para poder ser usada por outras entidades, assegurando-se uma quota aos funcionários do Ministério da Justiça. A SGMJ cessa a responsabilidade pela sua gestão entregando-a a um parceiro forte – a Câmara Municipal de Lisboa – através de protocolo que será devidamente publicitado. Finalmente, e sem prejuízo de não se prever impacto negativo para os funcionários judiciais, o Senhor SEJMJ veiculou a importância de o SFJ contribuir para o acompanhamento da transição, através de uma espécie de Observatório para a monitorização da transição, comunicando eventuais questões ao Gabinete do Senhor MJ que funcionará como centro de despacho e elemento de ligação junto da ADSE para a resolução das mesmas.

Encerrada a negociação nos termos e para os efeitos da Lei n.º 23/98, de 26 de Maio, do projecto de diploma de transferência do subsistema de saúde para a ADSE, procedeu-se de seguida à conclusão da discussão das normas da Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2011 com particular relevância em matéria remuneratória, iniciada na reunião de 11 de Outubro de 2010. O Senhor SEJMJ salientou que apesar de a posição do SFJ ser de total discordância e enorme insatisfação, a discussão de enquadramento contribui para modelar em Conselho de Ministros o estatuto dos suplementos remuneratórios que passaram assim a ser incluídos no montante do vencimento mensal sobre o qual incidem os diversos escalões, entre outros m melhoramentos promovidos ao articulado.

O SFJ mantém a posição de discordância relativamente às medidas propostas por considerar haver outras vias para aumentar a receita e diminuir o défice sem penalizar os funcionários públicos, tendo apresentado diversas questões relativamente à situação concreta dos funcionários judiciais, nomeadamente no que se refere aos suplementos remuneratórios, às promoções, à inexistência de concursos e progressões, ao sistema de avaliação por adaptar, ao não pagamento das horas extraordinárias, à necessidade de abertura de um procedimento para o recrutamento e ainda à situação dos funcionários judiciais que desde Janeiro de 2010 mudaram de escalão, progrediram na carreira e não viram o seu vencimento actualizado em conformidade com essa mudança. O SFJ ficou de remeter ao Gabinete do Senhor MJ um dossier referente aos diversos problemas que têm afectado o sector, contendo em particular o enquadramento do antigo «suplemento de combate à morosidade processual» e da promessa de integração do mesmo no vencimento.

O Senhor SEJMJ sublinhou a importância da estruturação e densificação das questões para os trabalhos a desenvolver nas mesas exploratórias a criar na sequência da proposta apresentada pelo Senhor SEAP na reunião de 11 de Outubro de 2010, pois algumas poderão vir a ser integradas no decreto-lei de execução orçamental e outras regulamentadas em parceria com o Ministério das Finanças.

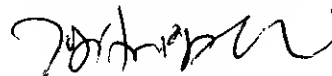
A reunião foi encerrada pelas 16h35.

Feito, rubricado e assinado em duplicado, destinando-se um exemplar a cada um dos signatários.

Pelo Sindicato
dos Funcionários Judiciais,
O Presidente,

Fernando Jorge

Pelo Ministério da Justiça,
O Secretário de Estado da Justiça e da
Modernização Judiciária,



José Magalhães